

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DOS MINISTROS MILITARES AMPARANDO MENSAGEM DE
JOÃO GOULART AO CONGRESSO NACIONAL, EM 4 DE OUTUBRO DE 1963,
SOLICITANDO O ESTADO DE SÍTIO**

Senhor Presidente:

Ninguém desconhece neste país a grave conjuntura econômico-social que estamos vivendo há já longo tempo. A inflação incontida a resistir às medidas postas em prática pelo governo; a radicalização das posições políticas, a exacerbar as paixões, a dificultar a ação governamental e a perturbar o trabalho construtivo de grande parte da população que aspira por paz e tranquilidade. O campo militar ameaçado em seus próprios alicerces por fenômenos e circunstâncias que, na maioria das vezes, fogem mesmo à esfera de ação dos Chefes Militares; a questão social agravando-se cada dia que passa; as greves se sucedem e servem de pretexto para conspiração política; grupos inconformados pregam a violência e a subversão da ordem como solução para problemas que afligem as classes trabalhadoras; largo círculo da área político-partidária, dominado por paixões insopitadas, lança-se na conspiração contra o governo e a ordem legal. Governadores de Estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam, contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelência à frente do governo da República até o término de seu mandato.

Até mesmo Polícias Militares, tradicionalmente ordeiras, têm praticado atos de indisciplina.

Governadores de Estado, dentre os quais os do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, têm recorrido ao Ministro da Guerra solicitando a cooperação do Exército para a manutenção da ordem ameaçada.

Tal conjuntura não poderia deixar de refletir-se no seio das Forças Armadas – felizmente ainda possuídas da consciência do seu dever de guardiãs das instituições legais e de mantenedoras da ordem – mas onde episódios isolados têm perturbado o espírito de disciplina indispensável à sobrevivência de qualquer organização armada.

Bem conhecemos o espírito liberal, a formação democrática e a compreensão de Vossa Excelência do acatamento à ordem constitucional. Estamos, porém, convencidos, Senhor Presidente, que precisamente para defender a legalidade democrática, manter a ordem e a disciplina e assegurar a paz da família brasileira é indispensável e urgente recorrer-se ao Estado de Sítio, instrumento previsto na própria Constituição como remédio adequado para evitar a comoção intestina grave, cuja ocorrência se poderá verificar a qualquer momento no país, se medidas excepcionais à defesa do regime não forem imediatamente adotadas.

Fonte: ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.